



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO
Seção de Contratos

TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 0005571-93.2023.4.06.8001
PREGÃO ELETRÔNICO nº17/2023 - SJMG

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2024
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO,
RECEPÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS, DE FORMA CONTÍNUA,
NAS DEPENDÊNCIAS DA JUSTIÇA FEDERAL EM SÃO JOÃO
DEL REI, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO E DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS, E A EMPRESA **VALOR**
EMPRESA DE SERVICOS LTDA.

A UNIÃO, por meio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.452.786/0001-00, sediada na Avenida Álvares Cabral, 1.805, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, neste ato representada pelo Sr. Diretor da Secretaria Administrativa, o Dr. Raimundo do Nascimento Ferreira, por delegação na Portaria N.10/94 - DIREF, de 11/06/2014, e alterações, ambas do MM. Juiz Federal Diretor do Foro, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no artigo 2º, § 2º da Resolução nº. 079, de 19/11/2009, do Conselho da Justiça Federal, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa VALOR EMPRESA DE SERVICOS LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 14.932.346/0001-32, sediado(a) na Avenida Churchill, nº 129, sala 204, Centro - Rio de Janeiro/RJ, CEP 200200-50 doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por Alexandre Luis Rodrigues Pinto de Assis, *conforme atos constitutivos da empresa acostados aos autos*, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas que passam a integrar o contrato:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: Com fulcro no artigo 107 da Lei 14.133/2021 o prazo de vigência estipulado na Cláusula Três do contrato é prorrogado para o período de 01/06/2025 a 31/05/2025 a 31/05/2026.

§1º O primeiro dia de vigência da prorrogação corresponde ao marco final da vigência anterior, não repercutindo em duplicidade na execução financeira.

§2º Nos termos dos anexos VII-F e IX da IN 5/2017 e da Nota Técnica 652/2017 - MPDG é promovida a exclusão dos custos não renováveis, com adequação dos

percentuais de aviso prévio (trabalhado e indenizado) a partir de 01/06/2025;

§3º Resguarda-se direito futuro à repactuação referente a acordos, convenção ou dissídio coletivo que venham a ser celebrados durante o período prorrogado.

CLÁUSULA SEGUNDA –REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS: Com fulcro nos artigos 124, 134 e 135 da Lei nº 14.133/2021 promove-se:

I - a partir de 01/06/2024:

- a) o reajuste do insumo vale transporte, em face da majoração da tarifa de transporte público, conforme Decreto nº 11.076, de 27 de março de 2024;
- b) a repactuação pela CCT MG000478/2024 que promoveu o reajuste dos pisos salariais conforme Cláusulas Terceira e Quarta, o reajuste do Auxílio Alimentação conforme Cláusula Décima Segunda e o reajuste do Programa de Assistência Familiar, conforme Cláusula Décima Quarta;

II a partir de 01/01/2025:

- a) o reajuste do adicional de insalubridade em face do novo valor do salário mínimo estipulado pelo Decreto 12.342 de 30 de dezembro de 2024;
- b) a repactuação pela CCT MG000506/2025 que promoveu o reajuste dos pisos salariais conforme Cláusulas Terceira e Quarta, o reajuste do Auxílio Alimentação conforme Cláusula Décima Segunda e o reajuste do Programa de Assistência Familiar, conforme Cláusula Décima Quarta;
- c) Em face da alteração do FAP, promove-se:
 - c1) a alteração do SAT de 2,00% para 2,45%;
 - c.2) a alteração do percentual dos encargos sociais de 72,18% para 72,73%;
 - c.3) a alteração do percentual de contingenciamento de encargos trabalhistas de 32,29% para 32,39%, de modo que o Quadro Resumo de Retenções constante na Cláusula Oitava do contrato passa a contar com a seguinte redação:

Quadro Resumo das Retenções

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS A SEREM APLICADOS SOBRE A NOTA FISCAL (UTILIZAÇÃO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL)	
Título	VARIAÇÃO RAT AJUSTADO 0,50% A 6%
	EMPRESAS
Grupo	LICITANTE
SUBMÓDULO E.1 - da IN 02/2008 MPOG:	36,25%
SAT (RATxFAP):	2,45%
13º salário	9,09%
Férias	9,09%

1/3 constitucional	3,03%
Subtotal	21,21%
Incidência do Grupo A (*)	7,69%
Multa do FGTS	3,49%
Encargos a contingenciar	32,39%
Taxa da conta-corrente vinculada (inciso II art. 2º IN 001/2013)	-
Total a contingenciar	32,39%

(*) A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT Ajustado da empresa.

(**) Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser retido da fatura e devolvido à conta vinculada, nos termos do inciso VIII do artigo 17 da Resolução CNJ n. 169/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO - Em face das alterações promovidas pelas cláusulas Primeira e Segunda deste Termo Aditivo, o valor mensal do contrato será alterado de R\$14.170,63 (quatorze mil cento e setenta reais e sessenta e três centavos) para:

- a) **R\$14.837,18 (quatorze mil oitocentos e trinta e sete reais e dezoito centavos)** no período de 01/06/2024 a 31/12/2024;
- b) **R\$15.712,04 (quinze mil setecentos e doze reais e quatro centavos)** no período de 01/01/2025 a 28/02/2025;
- c) **R\$15.828,09 (quinze mil oitocentos e vinte e oito reais e nove centavos)** no período de 01/03/2025 a 31/05/2025;
- d) **R\$15.647,10 (quinze mil seiscentos e quarenta e sete reais e dez centavos)** a partir de 01/06/2025.

CLÁUSULA QUARTA – Com fulcro no artigo 124, I, a é incluído o inciso XXXVI na cláusula Onze do contrato, com a seguinte redação:

XXXVI - Em cumprimento ao Art. 10-caput da Resolução CNJ nº 587, a contratada deverá enviar mensalmente os dados de seus empregados que prestam serviços para a Subseção Judiciária de São João Del Rei.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: as despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Federal, conforme as Naturezas de Despesa nsº 339037-01 e 339037-02 empenhada com créditos do Programa de Trabalho Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional (PTRES 168312).

CLAUSULA SEXTA PUBLICAÇÃO : Incumbirá à contratante providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas e sítio eletrônico oficial, nos termos e condições previstas no art. 91 c/c 94 da Lei nº 14.133/2021.

Raimundo do Nascimento Ferreira
Diretor da Secretaria Administrativa
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS
assinado digitalmente

Alexandre Luis Rodrigues Pinto de Assis
VALOR EMPRESA DE SERVICOS LTDA.
assinado digitalmente



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Luis Rodrigues Pinto de Assis**, **Usuário Externo**, em 27/05/2025, às 20:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo do Nascimento Ferreira**, **Diretor(a) da Secretaria de Administração do Foro**, em 27/05/2025, às 20:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
1248636 e o código CRC **A172FF9E**.